

# SAÚDE, CIDADE E CIDADANIA POR MEIO DE PROCESSO DE EDUCAÇÃO SOCIOESPACIAL COM ESTUDANTES RESIDENTES EM ASSENTAMENTOS POPULARES

CARMEN BEATRIZ SILVEIRA

Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz  
Mata Atlântica – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

- Rio de Janeiro – Brasil

Email: carmenbeasilveira@gmail.com

CLAUDIA MUNIZ MAGNANI

Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz  
Mata Atlântica – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

- Rio de Janeiro – Brasil

Email: cldmnmuniz@gmail.com

PATRICIA DAFLON DOS SANTOS

Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz  
Mata Atlântica – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)-

Rio de Janeiro – Brasil

Email: patdsantos@gmail.com

## Resumen

Aborda-se, neste texto, o processo de implementação do projeto “Promoção da Saúde sob a perspectiva da habitação e do hábitat”, que desenvolveu proposta de oficinas de educação socioespacial com jovens de escolas públicas municipais, residentes em assentamentos populares da cidade do Rio de Janeiro. Fundamentado no conceito ampliado de saúde que expressa relações indissociáveis com as questões da habitação e do hábitat, o projeto desenvolveu-se por meio de ações educativas capazes de sensibilizar os participantes a respeito da urbanização e da configuração espacial da cidade, bem como das condições de habitabilidade e suas implicações com a saúde. Considerou-se que tais ações deveriam representar uma possibilidade concreta de se atuar na Promoção da Saúde, no sentido de abarcar as condições necessárias para assegurar a qualidade de vida. Respaludou-se em subsídios da Educação Popular, que valoriza o processo coletivo numa relação dialógica por meio da problematização de concepções de lugar, memória, do direito à moradia, à cidade e à cidadania. Refletiu-se sobre a proposta de oficinas de Educação Socioespacial, concebidas como processo educativo emancipatório e envolvendo o reconhecimento do espaço vivido e a escuta cuidadosa dos “praticantes ordinários da cidade” (CERTEAU, 1994). Assim, valorizou-se o diálogo no estudo da cidade e sua relação com a saúde, sob três enfoques: espaço e história/memória; habitação saudável; habitação sustentável. Analisou-se, ainda, a complexidade na implementação das oficinas, o que suscitou o aprofundamento da reflexão. A sistematização do conteúdo abordado nas oficinas, incluindo os textos, jogos e ilustrações ali produzidos, ganhou materialidade com a publicação do Almanaque “Saúde e Cidade”. Considerado ‘tecnologia social’, o Almanaque teve sua produção estimulada pela compreensão dos enfoques adotados. A metodologia possibilitou a participação efetiva dos alunos, por assegurar liberdade de expressão nas formas de linguagem utilizadas.

## PALAVRAS CHAVE

**cidade e saúde, educação socioespacial, assentamentos populares, tecnologia social, almanaque**

## Abstract

This study investigates the process of implementation of the project “Health Promotion from the perspective of housing and habitat.” It has developed a proposal for socio-spatial education workshops with young people from municipal public schools, living in popular settlements in the city of Rio de Janeiro. The project was based on the expanded concept of health that expresses an inseparable relationship with the issues of housing and habitat. It was developed through educational actions that could sensitize participants about urbanization and the spatial configuration of the city, as well as the habitability conditions and their implications for health. The project also considered that such actions should represent a concrete possibility of working in Health Promotion, in order to embrace the necessary conditions to ensure the quality of life. It was supported by subsidies from a Project named Educação Popular (Popular Education), which values the collective process in a dialogical relationship through the problematization of notions of place, memory, the right to housing, the city and citizenship. We also pondered on the proposal of Socio-spatial Education workshops, conceived as an emancipatory educational process and involving the recognition of lived space and careful listening of “ordinary practitioners of the city” (CERTEAU, 1994). Therefore, the dialogue in the study of the city and its relation with health was valued, under three focuses: space and history / memory; Healthy housing; Sustainable housing. Furthermore, the project considered the complexity in the implementation of the workshops, which provided for further consideration on the subject. The material result of the project was the publication of the “Health and City” Almanac, through the systematization of the content addressed in the workshops, with texts, games and illustrations. Regarded as ‘Social Technology’, the Almanac had its production stimulated by the understanding of the approaches adopted. The methodology enabled the effective participation of the students, by ensuring freedom of expression in the forms of language used.

## KEY WORDS

**City and Health, Socio-spatial Education, Popular Settlements, Social Technology, Almanac**

## 1. Introdução

Este artigo expõe alguns aspectos significativos do projeto “Promoção da Saúde sob a perspectiva da habitação e do hábitat”, desenvolvido pelo Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA) em parceria com duas escolas públicas municipais, em períodos distintos<sup>1</sup>. Entre 2012 e 2013, contou-se, também, com a parceria do Instituto Histórico da Baixada de Jacarepaguá (IHBAJA), e com o apoio da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (7ª CRE), entre 2014 e 2016, quando se encerraram as atividades do projeto nas escolas<sup>2</sup>. Ao longo de seu desenvolvimento, o projeto implementou oficinas de educação socioespacial para estudantes do segundo segmento do ensino fundamental, com idades entre 13 e 16 anos e residentes em assentamentos populares da cidade do Rio de Janeiro.

Pretende-se, aqui, refletir sobre a experiência de implementação dessas oficinas, nas quais se buscou abarcar questões relacionadas à democracia, à cidadania e à justiça social, por meio de aspectos históricos, culturais e socioespaciais, cristalizados na dinâmica urbana recente da cidade do Rio de Janeiro. Essa experiência fundamentou-se na ideia de que os sujeitos também se constituem como cidadãos por meio de uma sensibilização a respeito do seu espaço vivido e da apropriação da configuração desse espaço, examinado como materialização de ações sociais e portador de memórias e identidades historicamente engendradas.

Vale ressaltar que o projeto se desenvolveu por meio de ações educativas e culturais que pudessem auxiliar no entendimento das condições da ocupação urbana, da qualidade das habitações e de suas implicações com a saúde. Desse modo, valorizou-se uma visão ampliada do lugar de moradia que estimulasse a reflexão sobre as transformações urbanas, mediante o fortalecimento das potencialidades comunicativas de expressão do cotidiano, lançando mão de diferentes linguagens criativas. Considerou-se, igualmente, que tais ações deveriam representar uma possibilidade concreta da Fiocruz atuar na Promoção da Saúde, no sentido de abarcar o conceito ampliado de saúde que inclui as condições necessárias para assegurar a qualidade de vida.

Assinala-se, ainda, que o projeto se respaldou em subsídios fornecidos pela Educação Popular que valoriza o processo coletivo numa relação dialógica, por meio da problematização de concepções de lugar, memória e do direito à moradia e à cidade. No que se refere à reflexão proposta neste artigo, apresenta-se algumas questões importantes para a compreensão da problemática vivenciada pelos jovens no seu cotidiano. Com esse propósito, foram definidos três objetivos principais, conforme exposto a seguir.

1 O PDCFMA é um programa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sediado na cidade do Rio de Janeiro, na XVI Região Administrativa - Jacarepaguá. As duas escolas públicas, Escola Municipal Eunice Weaver e Escola Municipal Barão da Taquara, nas quais se desenvolveu o projeto, também se situam nessa região, nas proximidades do PDCFMA.

2 Em razão de reestruturação das ações do PDCFMA, que incluiu a necessidade de obtenção de novos recursos financeiros, a implementação do projeto foi provisoriamente suspensa.



## 2. Objetivos

- Contribuir para a compreensão do conceito de Promoção da Saúde na construção de políticas públicas intersetoriais voltadas para melhoria da qualidade de vida e afirmação da cidadania entre jovens dos setores populares na cidade do Rio de Janeiro;
- Contribuir para a percepção da Educação Socioespacial como instrumento pedagógico que propicie o reconhecimento do espaço vivido, sua relação com o processo histórico e a configuração atual da cidade; e
- Contribuir para a proposição de ideias criativas e potencialmente transformadoras do espaço vivido, como a produção de Tecnologia Social, materializada no Almanaque Saúde e Cidade.

## 3. Metodologia

No intuito de viabilizar a reflexão proposta, a abordagem metodológica observou alguns eixos conceituais relacionados às questões tratadas neste artigo, conforme explicitação a seguir.

Inicialmente, retomaram-se as referências conceituais que nortearam o desenvolvimento do projeto “Promoção da Saúde sob a perspectiva da habitação e do hábitat”, mescladas a outras, que complementam as questões analíticas que o envolveram. Em segundo lugar, foram apresentados os três enfoques metodológicos adotados no projeto que buscaram atender aos objetivos do mesmo. Posteriormente, delineou-se uma percepção do processo de implementação das oficinas de Educação Socioespacial, distinguindo-se algumas tensões e descobertas.

Os caminhos seguidos nos procedimentos metodológicos propiciaram o entrelaçamento de questões que permitiram o delineamento de alguns desafios e considerações finais sobre a experiência realizada.

## 4. Referências conceituais norteadoras da Educação Socioespacial

Como primeiro eixo analítico, aborda-se o pensamento de Moacir Gadotti (2000, 2005) e de Maria Glória Gohn (1999, 2006), autores que estabelecem uma distinção entre educação, educação não formal e educação popular, relacionando-as ao processo de construção de cidadania. Gadotti aciona a importância da educação por seus vínculos com o acesso aos bens e serviços. Para ele, a relevância da educação é essencial para a compreensão dos indivíduos sobre o “conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade” (2005). Desse modo, deve-se considerá-la “um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática” (idem).

Ao tratar da educação não formal, Maria Glória Gohn (2006) afirma que a mesma abrange a formação para a cidadania. Nas suas palavras, a educação não formal constitui um processo multidimensional que envolve:



(...) a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

Na perspectiva de Gadotti, a Educação Popular, engendrada durante décadas de reflexão a respeito da prática educativa, consubstanciou-se como um modelo de contribuições significativas da América Latina “à teoria e à prática educativa em âmbito internacional”. Esse autor assinala a “noção do aprender”, tomando por base o “conhecimento do sujeito” e a “noção de ensinar”, fundamentada em “palavras e temas geradores”. Ademais, enfatiza as “práticas de educação popular” por se constituírem em instrumentos de democratização. Em tais práticas, principalmente naquelas relacionadas à educação popular comunitária, emergem “valores de solidariedade e de reciprocidade e novas formas alternativas de produção e de consumo”. No seu entendimento, Gadotti afirma ser a educação um “ato de conhecimento e de transformação social”, assertiva que impõe, portanto, a compreensão dos seus aspectos políticos, que conduziriam à ideia da educação popular vinculada à pedagogia crítica universal (GADOTTI, 2000).

O enfoque da educação apropriado pela abordagem acima pode ser analisado por meio da concepção pedagógica adotada no desenvolvimento do projeto, que se respaldou na construção compartilhada de conhecimentos (STOTZ, 1993; CARVALHO, ACIOLI & STOTZ, 2001; BORNSTEIN & STOTZ, 2008). Desse modo, introduz-se a visão que busca o entrelaçamento dos temas da educação, educação não formal e educação popular a uma percepção de que esta última pode constituir a chave analítica para a produção de tecnologias sociais que contribuam para a qualidade de vida.

Assim, no segundo eixo analítico, focaliza-se o conceito de Promoção da Saúde, a noção de Qualidade de Vida e a Participação Popular. Inicialmente, enfatiza-se a compreensão de que a saúde é condicionada por um amplo conjunto de fatores e sua construção é individual e, sobretudo, coletiva, abordagem que fundamentou a adoção da Promoção da Saúde como um dos aportes teóricos desse trabalho. As formulações sobre essa concepção remetem a estudos que podem respaldar a implementação de políticas públicas de saúde.

Em consonância com as ações de uma instituição pública de saúde, como a Fiocruz, a Promoção da Saúde afigura-se relevante no contexto da “renovação do pensamento sanitário contemporâneo”, que questiona o paradigma flexneriano ao “contrapor-se ao modelo biomédico, hospitalocêntrico e curativo” (RABELLO, 2010). Esse conceito vincula-se à abordagem da Determinação Social da Saúde, que ressalta

os condicionantes da qualidade de vida, incluindo aspectos sociais, culturais, econômicos, educacionais, habitacionais e ambientais, e conforma um campo de saúde mediante uma concepção de saúde coletiva.

No Brasil, a Política Nacional de Promoção da Saúde propôs o estímulo de experiências locais como estratégia para promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades e riscos à saúde. Torna-se cada vez mais evidente que as estratégias devem considerar os aspectos sociais, comunitários e políticos como determinantes das respostas efetivas em saúde (SAPAG e KAWACHI, 2007; METZLER et al, 2007).

Nesse contexto, torna-se oportuno evidenciar a noção de qualidade de vida que pode ser analisada pela forma como os indivíduos a percebem. Segundo Paulo Rogério Guimarães da Silva, “a qualidade de vida não pode ser estudada apenas em seu aspecto normativo. Também deve-se levar em consideração as percepções individuais, que sofrem influência da cultura e educação dos indivíduos” (GUIMARÃES DA SILVA, 1996, apud VITTE et.al., 2002).

Segundo Ana Beatriz Oliveira (2013), a qualidade de vida deve estar relacionada com o “grau de bem-estar individual ou coletivo”, compreendido em seus diversos aspectos, sobretudo o da “satisfação das necessidades humanas”. Para a autora, “a subjetividade social, aliada às condições de habitabilidade adequadas” constitui a síntese a ser considerada “para alcançar níveis desejáveis de qualidade de vida em assentamentos urbanos irregulares” (OLIVEIRA, 2013). Por abranger tanto os aspectos básicos quanto aqueles mais complexos e subjetivos, o estudo da qualidade de vida tem sido largamente utilizado para fundamentar a elaboração de instrumentos de gestão urbana e “tem se tornado uma referência nas discussões de planejamento do desenvolvimento e dos padrões de intervenção do Estado, principalmente no nível local” (KEINERT e KARRUZ, 2002, FALTA A PÁGINA). Por esse motivo, compreender essa noção favorece a participação e o exercício do direito à cidade.

A complexidade do tema acima esboçado expõe a necessidade de um aprofundamento das questões, considerando-se o indissociável elo entre aspectos objetivos e subjetivos nas relações socioespaciais e nos direitos humanos. Neste artigo, procurou-se sinalizar a densidade desse tema analisado à luz das sociedades contemporâneas, embora o foco esteja centrado na abordagem do conceito ampliado de saúde, “que transcende o entendimento da saúde como ausência de doenças e afirma a relação desta com o acesso às condições essenciais para assegurar a qualidade de vida” (SILVEIRA et. al., 2014).

No que diz respeito aos aspectos tratados na proposta de Educação aqui examinada, buscou-se relacioná-la ao processo de produção da configuração arquitetônico-urbanística das comunidades localizadas na área da antiga Colônia Juliano Moreira e seu entorno imediato. Em tal contexto, a pobreza e as iniquidades foram identificadas como determinações-chave da saúde, aqui reiteradas como dimensões relevantes da qualidade de vida.

Outras reflexões nortearam, ainda, essa proposta educativa, no intuito de abarcar aspectos cruciais da densidade dos problemas abordados, como a da Invenção do Cotidiano, de Michel de Certeau e a da Arte de Resolver a Vida, de Ana Clara Ribeiro, que envolve nitidamente o Direito à Cidade. Em síntese, privilegiou-se o reconhecimento da morfologia urbana e arquitetônica, com suas implicações relativas à qualidade de vida e à saúde, associado a um mergulho na história da cidade, das favelas, da região de Jacarepaguá e nas concepções de habitação saudável e sustentável.

## 5. Desenvolvimento do Projeto

Estudos realizados no âmbito do PDCFMA, que levaram em conta tanto as reivindicações dos moradores quanto as investigações documentais, identificaram uma carência de ações e projetos direcionados ao público jovem. Dados secundários coletados nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nas apropriações desses dados pelo Instituto Pereira Passos (IPP), órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativos à distribuição espacial de equipamentos de educação por regiões e bairros, revelavam uma insuficiência de escolas destinadas ao segundo segmento do ensino fundamental e ao ensino médio na região de Jacarepaguá<sup>3</sup>.

Baseando-se nas premências detectadas o projeto dedicou-se, na sua primeira experiência, a um grupo de alunos de escola situada no bairro da Taquara, nas imediações do Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Optou-se, então, pela realização de oficinas de Educação Socioespacial com estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental.

A proposta de educação apresentada tomou como ponto de partida o reconhecimento do espaço vivido e a escuta cuidadosa dos “praticantes ordinários da cidade” (CERTEAU, 1994), isto é, das práticas cotidianas dos alunos que, envolvidos no seu ambiente cultural, revelam aspectos significativos da “fabricação” da vida e das formas de apropriação do espaço vivido. Nas palavras de Certeau:

A “fabricação” que se quer detectar é uma produção, uma poética – mas escondida, astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. [CERTEAU, 1998].

Nessa perspectiva, abriu-se a possibilidade de tratar questões do cotidiano por meio de diferentes vertentes, valorizando o processo coletivo numa relação dialógica. Desse modo, tratou-se da formação de uma configuração territorial segregada social e espacialmente e buscou-se a participação, que “está no cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser ‘senhor de si mesmo’”(LOUREIRO,

3 Trata-se de estudos elaborados por pesquisadores do PDCFMA para embasar os diversos projetos em desenvolvimento no Programa, entre 2008 e 2010.



2004). Considera-se a participação social como um instrumento fundamental que pressupõe saber ouvir, respeitar e valorizar o outro e suas percepções.

As oficinas foram concebidas como um processo educativo emancipatório que buscou alcançar uma construção compartilhada de conhecimentos. Por conseguinte, abarcaram-se questões relacionadas à democracia, à cidadania e à justiça social, mediante aulas expositivas, palestras, sempre seguidas de dinâmicas participativas com a realização de desenhos e produção textual. Considerou-se também alguns problemas recorrentes no ambiente escolar, na tentativa de minimizar a distância entre os alunos e a escola. Durante todo processo de realização das oficinas procurou-se agregar os conteúdos pré-concebidos com as estratégias adotadas pela equipe para tratar questões relacionadas às realidades identificadas na relação cotidiana com os participantes do projeto. Ademais, foram realizadas algumas atividades de campo, com visitas a determinados trechos da cidade e da região de Jacarepaguá.

Pode-se dizer que tais oficinas representaram o principal instrumento metodológico que, ao propiciar o diálogo e a troca de saberes e vivências, possibilitou o desenvolvimento de subsídios para a construção participativa da tecnologia social proposta, o Almanaque Saúde e Cidade.

A ideia desta tecnologia social respaldou-se na concepção de Helena Scherlowski Leal David e Regina Maria Marteleto que desenvolveram o 'Almanaque do Agente Comunitário de Saúde' como "proposta que permite avançar numa compreensão sobre as formas de produzir conhecimento das classes populares" (DAVID e MARTELETO, 2012). Fundamentando-se em Walter Benjamin, "Marteleto, Guimarães e Nóbrega argumentam em favor da narrativa como expressão coletiva de uma cultura e visão de mundo, ressaltando o aspecto da permanência da palavra trazida pelo narrador, comparando-o ao informante", ou seja, a permanência daqueles que narram suas histórias, territórios e experiências (Idem, 2012). A proposta de elaborar um almanaque no âmbito deste projeto também considerou a relevância deste veículo de comunicação na cultura brasileira, a exemplo do destaque dessa produção a partir do início do século XX, sob forte influência da cultura francesa.

O Almanaque Saúde e Cidade foi produzido na primeira experiência de ações educativas na Escola Municipal Eunice Weaver no período 2012/2013. No ano seguinte, realizaram-se oficinas para um grupo de professores da escola, no intuito de discutir a utilização desse almanaque como instrumento pedagógico em sala de aula, a exemplo nas disciplinas de geografia, ciências e artes.

Posteriormente, esta Tecnologia Social também foi apropriada como material didático no âmbito do desenvolvimento do projeto em duas outras experiências, em escolas selecionadas pela equipe em parceria com a 7ª CRE: em 2014 e 2015, na Escola Municipal Barão da Taquara; em 2016, optou-se pelo retorno à Escola Municipal Eunice Weaver, onde se efetivou a terceira experiência.

## 6. Três enfoques temáticos, arte final para o almanaque e experiência teatral

A implementação do projeto ocorreu mediante a realização de oficinas distribuídas em três enfoques temáticos. O primeiro tratou de aspectos significativos da história da cidade, da região de Jacarepaguá e das favelas do Rio de Janeiro, três escalas analíticas que propiciaram a compreensão do espaço urbano como constructo social. Concomitantemente, abordou-se o reconhecimento do espaço vivido, referindo-se aos aspectos físicos imediatos da configuração espacial, bem como a relação entre apropriação popular do espaço urbano, cultura e memória/história. Esse enfoque constituiu a base da proposta de educação socioespacial, que estabeleceu as condições para o desenvolvimento do projeto.

O segundo enfoque teve como base os indicadores de vulnerabilidade física e social, desenvolvidos no projeto Uma proposta de hábitat saudável em comunidade vizinha ao *Campus Fiocruz da Mata Atlântica*<sup>4</sup>, com o intuito de debater sobre temas referentes às condições de habitabilidade consubstanciados nos indicadores relacionados às moradias. Também buscou-se ampliar a compreensão sobre as redes de serviços que viabilizam o funcionamento da cidade e o papel de cada cidadão neste contexto, além de sensibilizar os alunos para os cuidados do hábitat, necessários para promover a saúde dos moradores.

Finalmente, o terceiro enfoque selecionado aprofundou o tema da habitação buscando a difusão do uso de tecnologias sustentáveis. Na área da construção civil, foram enfatizadas as tecnologias para redução de impactos ambientais, como os projetos de “telhados verdes”, a reciclagem de resíduos da construção civil, o aquecedor solar de baixo custo e a captação de águas pluviais. A apropriação dessas práticas pelos estudantes também deveria possibilitar a sua difusão entre os seus familiares e vizinhos.

Ao final das oficinas temáticas, os alunos participaram de uma visita técnica ao centro histórico do Rio de Janeiro, quando puderam vivenciar, na prática, os temas abordados nas oficinas, sobre o processo de produção e a história da cidade.

Na primeira experiência, realizada na Escola Municipal Eunice Weaver, também foi feita uma visita técnica à região de Jacarepaguá. Além disso, foram realizadas oficinas de arte-educação, destinadas à elaboração de desenhos aprimorados, mediante o aprendizado de técnicas de expressão gráfica, que constituíram o material necessário para a elaboração da arte final do Almanaque Saúde e Cidade<sup>5</sup>. O processo foi finalizado com oficinas teatrais sobre os temas abordados anteriormente, que culminaram em apresentação pública no auditório da escola, por ocasião do lançamento daquela publicação.

4 Projeto desenvolvido no âmbito do PDCFMA, entre 2008 e 2010.

5 Para a viabilização das oficinas de arte-educação e a elaboração do ‘*Almanaque Saúde e Cidade*’, contratou-se a empresa Textolimagem – criação e produção.



Nas duas experiências seguintes, ocorridas na Escola Municipal Barão da Taquara e novamente na Eunice Weaver, o processo foi finalizado de maneira distinta. Em ambas, foram realizadas oficinas por um designer mediante duas abordagens: de exposição sobre obras de arte contemporâneas com ênfase em arte urbana; e de dinâmicas artísticas com os alunos<sup>6</sup>.

## **7. Ambiente escolar entre distintas concepções pedagógicas: tensão e descobertas**

Sobre as possíveis considerações referentes ao processo de desenvolvimento do projeto, cabe ressaltar algumas questões relevantes que demandaram decisões estratégicas para se alcançar o objetivo proposto. Essas escolhas se tornaram desafios para a equipe no decorrer da implementação das oficinas.

Uma delas diz respeito à realização da maior parte das atividades no ambiente de ensino, o que propiciou à equipe uma aproximação clara, tanto dos alunos quanto da direção da escola e do seu corpo docente. Em razão da presença da equipe no ambiente escolar, foi possível compreender melhor o funcionamento da escola e estabelecer vínculos com os alunos participantes e com alguns professores, o que conduziu a uma elevação gradual do interesse pelo projeto e contribuiu para assegurar a manutenção da maior parte dos envolvidos durante todo o seu desenvolvimento. Em outras palavras, a aproximação dos alunos e professores propiciou uma “ocupação” do ambiente escolar pela equipe, que passou a vivenciar parte das dificuldades decorrentes do ensino tradicional. Assim, ampliou-se a compreensão, ainda que parcial e restrita aos momentos de convivência, das relações entre o corpo docente e discente, diante dos problemas cotidianos de uma escola destinada a jovens de famílias de baixa renda, situada na periferia de uma grande cidade.

Outro fator de relevância, determinante para o encaminhamento de todo processo, foi a opção pelo desenvolvimento de um projeto que assumia uma concepção pedagógica distinta daquela implementada na escola pelo corpo docente. A equipe propôs a seleção de alunos interessados em participar do projeto, independentemente da sua avaliação de desempenho escolar, do seu comportamento em sala de aula e das relações com os colegas. Nessa direção, a equipe propôs a implementação do projeto com um grupo de cerca de 20 alunos, que abarcasse a diversidade de “perfis” identificados na escola, cada um com a sua história e sua singularidade. Tal escolha revelou-se como um desafio desde os primeiros encontros entre a equipe do projeto e esses alunos. A multiplicidade cultural aliada às dificuldades pessoais dos mais diversos níveis interferiu diretamente nas relações com os alunos, relativamente aos conteúdos trabalhados. Nesse intuito, procurou-se compreender e enfrentar a complexidade que se estabelecia entre os distintos grupos envolvidos, por meio de trocas dialógicas.

Nessas considerações sobre o desenvolvimento das atividades, assinalam-se as tensões acima mencionadas, mas também algumas descobertas evidenciadas no decorrer do projeto. Como espaços de

6 Oficinas ministradas pelo designer e artista plástico Lin Lima, profissional da equipe do PDCFMA.

diálogos, as oficinas tratavam dos enfoques temáticos, mas também de questões recorrentes no cotidiano escolar, debatendo-se sobre direitos e deveres, com respeito às diferenças inerentes às relações sociais. Estabeleceu-se, assim, uma relação de confiança entre os membros da equipe e os alunos, o que acarretou uma maior aproximação entre os envolvidos, transformados em cúmplices e copartícipes do processo.

A despeito da complexidade das diferentes vivências, que não poderia ser tratada com o necessário aprofundamento no período restrito às oficinas, esses momentos expressavam a intensidade e a diversidade das demandas do universo escolar. Constituíram-se assim, em pequenas, mas verdadeiras, descobertas, que permitiram a instauração de relações renovadas, com respeito mútuo e afetividade, buscando parcerias e realização das tarefas em mão dupla.

Pretendeu-se, desse modo, desenvolver uma prática pedagógica em que o aluno pudesse atribuir significado aos conteúdos apresentados e debatidos com o grupo. Segundo Tognetta (2002, apud JARDIM, 2006),

Tal relação implica em colocar-se no lugar um do outro e não apenas enquanto troca de favores, mas (...) a cooperação, em seu sentido mais prodigioso: o de supor afetos, permitir as escolhas, os desejos, o desenvolvimento moral, como construção dos próprios sujeitos, um trabalho constante com estruturas lógicas e as relações de confiança.

Na primeira experiência, um dos integrantes do corpo docente também participou da equipe do projeto e contribuiu decisivamente para a efetivação dos contatos e a realização da parceria com a escola<sup>7</sup>. Nas duas outras, contou-se com o apoio da 7ª CRE, que contribuiu para a realização da proposta de oficinas ao longo de todo o processo.

## 8. Considerações finais

Materializada na produção do Almanaque Saúde e Cidade e na sua utilização como recurso pedagógico, a tecnologia social proposta constituiu motivação expressiva para que fossem tratados diversos temas que compõem as questões relacionadas à cidade e à cidadania.

Compreende-se o Almanaque produzido como uma tecnologia social que associa ideias técnicas científicas aos saberes populares, numa linguagem de fácil apreensão e divulgação. A sua elaboração foi enriquecida com a contribuição de profissionais especializados no desenvolvimento das oficinas de arte-educação, etapa fundamental na elaboração do Almanaque, no intuito de aprimorar o material produzido nas

7 O professor de geografia, Valdeir Costa, da Escola Municipal Eunice Weaver, integrou a equipe na primeira experiência do projeto. Juntamente com o historiador Renato Doria, ambos fundadores do Instituto Histórico da Baixada de Jacarepaguá (IHBAJA), viabilizaram a parceria do Instituto com o PDCFMA na realização do projeto.

oficinas de educação socioespacial e de complementá-lo com novos materiais que atendessem ao plano de Publicação do Almanaque.

A educação socioespacial implementada em escolas públicas, que possibilitou a produção desse Almanaque, pode ser considerada como uma apropriação da educação popular, no que se refere à percepção do espaço vivido por meio da problematização de concepções de lugar, memória, do direito à moradia, à cidade e à cidadania, num trabalho com jovens de assentamentos populares. Nessa abordagem, cabe adicionar a reflexão de Vasconcelos (2004), que considera a educação popular como

um modo de participação (...) que busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação, de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento. É uma estratégia de construção da participação popular no redirecionamento da vida social.

Entretanto, essa aproximação da educação socioespacial com a educação popular precisaria ser examinada conforme as especificidades da primeira, uma vez que se direciona a alunos com idades de 13 a 16 anos, cujas perspectivas se relacionam ao processo de aprendizagem da chamada Educação Formal. Assim, a complexidade na implementação das oficinas no ambiente escolar suscitou o aprofundamento da reflexão sobre os seguintes aspectos evidenciados no desenvolvimento das atividades: tensão no relacionamento entre a equipe do projeto e o corpo docente da escola; necessidade e oportunidade de “ocupação” do ambiente escolar pela equipe; compreensão do espaço como constituinte das relações sociais, o que revelou a importância das oficinas de educação socioespacial como suporte teórico-prático igualmente constituinte da formação dos alunos; a possibilidade de ampliação da perspectiva dos alunos na/da representação do espaço, como culminância da proposta inserida nas três vertentes de realização do projeto, envolvendo o reconhecimento do espaço vivido e a escuta cuidadosa dos que Certeau (1998) chama de “praticantes ordinários da cidade”.

Afirma-se, ainda, que esta proposta fundamentou-se em reflexões que reforçam a ideia de qualidade de vida, conforme as palavras de Vitte (2009):

Uma discussão sobre qualidade de vida requer a consideração sobre a necessidade de se refundar um ‘novo’ diálogo com as novas racionalidade e razão na sociedade, reintegrando a natureza na cultura e no cotidiano das pessoas. Isso exige nova reflexão filosófica, estética, científica e, acima de tudo, política, com a (re)invenção da cidadania.

A vivência cotidiana dos alunos seria impregnada da sua inserção socioespacial onde se instauram processos de microrresistência urbana. Neste sentido, procurou-se associar a problemática da qualidade de

vida à abordagem de Michel de Certeau (1998), conforme analisada em estudo recente por Carmen Silveira e Lilian Vaz (2013), e ao pensamento de Ana Clara Ribeiro (2013).

Na abordagem de Certeau, as “‘artes de fazer’ empreendidas pelas populações são menos evidentes, mais dispersas, muitas vezes silenciosas, todavia revelam maneiras astuciosas de reapropriação do espaço” (1998, apud SILVEIRA, VAZ, 2013). Segundo o autor, é necessário compreender-se os processos que engendram as práticas cotidianas nas quais se inserem “as sagacidades dos indivíduos na sua ‘fabricação’ da vida em suas diversas representações, como é o caso do uso do espaço urbano” (Idem). Assim, do âmbito dessa microrresistência, pode emergir uma condição urbana e uma qualidade de vida não preconizadas nem capturadas pelas políticas públicas destinadas aos assentamentos populares.

Nessa direção, o pensamento de Ana Clara Ribeiro (2013) aponta a “complexa vida de relações que surge nas práticas cotidianas”. Ao expor a crítica recente aos modelos de desenvolvimento desvinculados dos conhecimentos locais, a autora assegura que tais modelos “foram responsáveis pela destruição de saberes, por deslocamentos forçados de populações e a rápida exaustão de recursos naturais”. Essa crítica (...) “apoia a aceitação, mais ampla, de formas locais de vida – de menor escala e expressivas da diversidade cultural, com possibilidade de inclusão de atores populares (práticas e falas) e orientadas pelo uso mais cuidadoso dos recursos”. No caso da proposta de educação socioespacial analisada neste artigo, considerou-se, igualmente, as formas locais de vida nos assentamentos populares como referências significativas ao se tratar da noção de qualidade de vida. Desse modo, a habitação e o hábitat saudável e sustentável implicam, necessariamente, o reconhecimento do espaço vivido que pressupõe a compreensão das “formas de resolver a vida” das populações, bem como seus simbolismos histórico-culturais cristalizados na cidade.

Sumariando, para dar conta dos objetivos propostos, a implementação do projeto tornou-se bastante complexa e engendrou novas questões, ainda a serem equacionadas. Pode-se afirmar que o projeto contribuiu para a compreensão do conceito da Promoção da Saúde na construção de políticas públicas intersectoriais relacionadas à qualidade de vida e à afirmação da cidadania, bem como para a percepção da Educação Socioespacial como instrumento pedagógico para o reconhecimento do espaço vivido e para a proposição de ideias criativas e potencialmente transformadoras, a exemplo da produção do Almanaque Saúde e Cidade. A ideia da construção da cidadania com enfoque na saúde e na cidade demonstrou ser uma das possibilidades de se enfrentar a difícil e, muitas vezes, dramática, tarefa de educação popular com estudantes que evidenciam carências profundas no seu cotidiano vivido, as quais transcendem aos propósitos das oficinas realizadas. Malgrado essas ressalvas, pode-se assinalar a importância das ações desenvolvidas para a formação de cidades sábias e saudáveis, ao acionar-se as palavras de Jacobi (2003):

A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na

educação para a participação.

## 9. Referências

Bornstein, Vera Joana; STOTZ, Eduardo Navarro (2008). O trabalho dos agentes comunitários de saúde: entre a mediação convencedora e a transformadora. *Trab. Educ. Saúde*, v. 6 n. 3, p. 457-480.

Carvalho, Maria Alice P.; Acioli, Sonia; Stotz, Eduardo Navarro (2001). O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. In: VASCONCELOS, Eymard M. (Org.). *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde*. São Paulo: Hucitec, p. 101-114.

Certeau, Michel de (1998). *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

David, Helena Maria Scherlowski Leal; Marteleto, Regina Maria (2012). Almanaque da Dengue: leituras e narrativas de Agentes Comunitarios de Saude. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, vol. 65, n. 6, nov-dez; p. 909-915.

Gadotti, Moacir (2000). *Perspectivas atuais da educação. São Paulo em perspectiva*. São Paulo, vol.14, n. 2, p. 3-11. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200002&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200002&script=sci_abstract). Acesso em novembro/2016.

Gadotti, Moacir, (2005). *A Questão da Educação Não-Formal*. Sion (Suisse): InstitutInternationaldesDroits de l'Enfant (IDE). Disponível em:

[http://www.vdl.ufc.br/solar/aula\\_link/lquim/A\\_a\\_H/estrutura\\_pol\\_gest\\_educacional/aula\\_01/imagens/01/Educacao\\_Formal\\_Nao\\_Formal\\_2005.pdf](http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf). Acesso em: 13/11/2016

Gohn, Maria da Glória, (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*. Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar.

Guimaraes da Silva, Paulo Rogério (1996). Qualidade de vida no meio urbano: aspectos conceituais e metodológicos numa aproximação da problemática ambiental na gestão local. In Tânia Fischer (org). *Gestão contemporânea: cidades, estratégias e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV.

Jacobi, Pedro Roberto (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 118, p. 189-205.

Jardim, Ana Paula (2006). *Relação entre família e escola: proposta de ação no processo ensino aprendizagem*. Presidente Prudente: Unoeste.

Keinert, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula (org.) (2002). Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume/Fapesp.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo (2004). Educação ambiental transformadora. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. [FALTA PAGINAÇÃO]

Oliveira, Ana Beatriz Melo da Silva de (2013). Habitabilidade e Subjetividade: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Engenharia Urbana – Escola Politécnica/ UFRJ.

Rabello, Lucíola Santos (2010). Promoção da saúde: a construção social de um conceito em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Ribeiro, Ana Clara Torres (2013). O desenvolvimento local e a arte de ‘resolver’ a vida. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço, v. 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 75-89.

Sapag, Jaime C.; KAWACHI, Ichiro (2007). Capital social y promoción de la salud en America Latina. Revista de Saúde Pública, v. 41, n. 1, p. 139-149.

Silveira, Carmen Beatriz; Cohen, Simone.Cynamon.; Pellegrini, Bárbara.; Souza, Mônica Dias de; Oliveira, Ana Beatriz. (2014). Em busca da qualidade de vida: metodologia e indicadores para intervenções socioespaciais. In: Carmen B. Silveira; Tania Fernandes; Barbara Pellegrini (org). Cidades saudáveis? Alguns olhares sobre o tema. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 189-224.

Silveira, Carmen Beatriz.; Vaz, Lílian Fessler (2013). Leituras de espaços construídos em zonas opacas: contribuições para políticas urbano-culturais. In: Floriano José Godinho de Oliveira; Cláudia Maria Lima Werner; Patricia Tavares Ribeiro (org.). Políticas públicas: interações e urbanidades. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 133-161.

Stotz, E.N. (1993). Enfoques em educação e saúde. In: Valla, Victor V.; Stotz, Eduardo N. Participação popular, Educação e Saúde: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Vasconcelos, Eymard Mourão (2004). Educação Popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 67- 83.

Vitte. Antonio Carlos (2009). Modernidade, território e sustentabilidade: refletindo sobre qualidade de vida. In: Claudete de Castro Silva Vitte; Tânia Margarete Mezzomo Keinert (org.). Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: Discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.